

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.688 - SP (2018/0250138-2)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : IBER-OLEFF BRASIL LTDA**  
**ADVOGADO : EDUARDO BACHIR ABDALLA - SP017751**  
**AGRAVADO : MANOEL VENÂNCIO FERREIRA**  
**ADVOGADO : MANOEL VENÂNCIO FERREIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP091340**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO MANDATO. Os honorários advocatícios possuem natureza alimentar. Exegese do art. 833, § 2º, do NCPC. Entendimento já consagrado pelo STJ, ainda sob o prisma da aplicação do art. 649, § 2º, do CPC/73. Súmula vinculante nº 47 do STF. Justiça gratuita. Indeferimento. Presunção legal infirmada pela prova dos autos. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO." (e-STJ, fl. 234)*

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação aos arts. 883, §2º, 854, §3º e 1.022, II do Código de Processo Civil de 2015 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) que inexistem provas de que o bloqueio havido nas contas do agravado tenha caráter alimentício ou de que se trata de honorários advocatícios, (b) que o levantamento da penhora deveria respeitar o limite de 50 salários mínimos, ainda que se trata de valor de caráter alimentício e (c) que houve omissão quanto a limitação imposta pelo art. 833, §2º do CPC/15.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, não se verifica a alegada violação ao art. 1.022 do CPC/15, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, em especial com relação à não aplicação do art. 833, §2º do CPC/15 (e-STJ, fl. 196).

De fato, inexistem omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local,

malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

Impende ressaltar que, *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"*(AgRg no Ag 56.745/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12/12/1994).

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Rel.Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 16/5/2005; REsp 685.168/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 2/5/2005.

Com relação à suposta violação aos arts. 883, §2º e 854, §3º do CPC/15, tem-se que o Tribunal de origem concluiu, diante do contexto fático-probatório dos autos, que restou comprovado que a quantia bloqueada é impenhorável por decorrer de honorários advocatícios, bem como que não se aplica a exceção a impenhorabilidade em razão de a quantia não exceder o valor determinado em lei, *in verbis*:

*"Com efeito, respeitado o entendimento da embargante, o § 2º do art. 833 do CPC, houve equívoco na interpretação do dispositivo. O que o legislador informa, em verdade, é exceção à regra da impenhorabilidade preconizada em seu caput, dizendo ser possível a constrição das importâncias "excedentes a 50 (cinquenta) salários mínimos mensais", o que, de fato, não é se cuida da situação ora retratada." (e-STJ, fl. 196)*  
(...)

*"Ocorre que a constrição de bens atingiu honorários advocatícios percebidos pelo recorrente, devendo, por isso, os valores serem resguardados pela impenhorabilidade prevista no art. 833, inc. IV, do NCPC.*

*Com efeito, os honorários advocatícios ostentam natureza alimentar, porquanto decorrem do trabalho realizado pelo advogado. Neste sentido é o enunciado da Súmula Vinculante 47 do E. Supremo Tribunal Federal, que reconheceu que "os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar (...)*

*Em síntese, a verba honorária ostenta característica alimentar, destinada ao sustento próprio e familiar" (e-STJ, fl. 236)*

Inicialmente, tem-se que a decisão de origem está em conformidade com o entendimento desta Corte Superior ao afirmar que é impenhorável a prestação alimentícia, incluídos neste gênero os honorários advocatícios, senão vejamos:

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR DO CRÉDITO. PENHORA INCIDENTE SOBRE VERBA SALARIAL. POSSIBILIDADE. AVALIAÇÃO DO LIMITE DA CONSTRIÇÃO EM CADA CASO, SOB PENA DE SE COMPROMETER A SUBSISTÊNCIA DO EXECUTADO. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*1. A legislação processual civil (CPC/2015, art. 833, IV, e § 2º) contempla, de forma ampla, a prestação alimentícia, como apta a superar a impenhorabilidade de salários, soldos, pensões e remunerações. A referência ao gênero prestação alimentícia alcança os honorários advocatícios, assim como os honorários de outros profissionais liberais e, também, a pensão alimentícia, que são espécies daquele gênero. É de se permitir, portanto, que pelo menos uma parte do salário possa ser atingida pela penhora para pagamento de prestação alimentícia, incluindo-se os créditos de honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, os quais têm inequívoca natureza alimentar (CPC/2015, art. 85, § 14).*

*2. Há de se considerar que, para uma família de baixa renda, qualquer percentual de constrição sobre os proventos do arrimo pode vir a comprometer gravemente o sustento do núcleo essencial, ao passo que o mesmo não necessariamente ocorre quanto à vida, pessoal ou familiar, daquele que recebe elevada remuneração. Assim, a penhora de verbas de natureza remuneratória deve ser determinada com zelo, em atenta e criteriosa análise de cada situação, sendo indispensável avaliar concretamente o impacto da penhora sobre a renda do executado.*

*3. No caso concreto, a penhora deve ser limitada a 10% (dez por cento) dos módicos rendimentos líquidos do executado. Do contrário, haveria grave comprometimento da subsistência básica do devedor e do seu núcleo essencial.*

*4. Agravo interno parcialmente provido para dar parcial provimento ao recurso especial.*

*(AgInt no REsp 1732927/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 22/03/2019)*

Ademais, a modificação dos entendimentos lançados no v. acórdão recorrido

para reconhecer a natureza não-alimentícia e quantia do valor bloqueado apta a configurar a exceção à regra geral demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável na sede estreita do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVADA.*

*1. Esta Corte Superior adota o posicionamento de que o salário, soldo ou remuneração são impenhoráveis, nos termos do art. 833, IV, do NCPC, sendo essa regra excepcionada apenas quando se tratar de penhora para pagamento de prestação alimentícia ou quando os valores excedam 50 (cinquenta) salários mínimos mensais (art. 833, IV, § 2º, NCPC), o que não é o caso dos autos. Precedentes.*

*2. A revisão do aresto objurgado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada na instância ordinária que, com base no livre convencimento motivado, concluiu pela inexistência de situação excepcional a autorizar a penhora da verba salarial, medida vedada pela via do recurso especial.*

*Incidência da Súmula 7 do STJ. A reavaliação, circunstância apta a afastar a incidência do referido óbice, caracteriza-se pela redefinição do enquadramento jurídico dos fatos expressamente mencionados no acórdão hostilizado, não sendo autorizado o reexame das provas produzidas nos autos.*

*3. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1512319/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 21/10/2019)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator